

5

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA**  
**SESSÃO REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE NOVEMBRO DE 2023**

**ATA NÚMERO TRINTA E SETE**

10 Aos dezasseis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e dez minutos, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Eira. -----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos José Pinto Vergueiro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Jaime da Silva Quintas, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim de Sousa Rocha, Natália Maria Soares Gonçalves, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, 20 Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim da Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto 25 Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, André Araújo Ferreira, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira. -----

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, substituído por Maria Rosalina Santos; Carlos Alberto Pinto Ribeiro substituído por Aurora Marina Teixeira; Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira; Maria de 30 Fátima Alves e Menezes de Figueiredo substituída por João Pedro Ferreira Martins; Mónica Alexandra da Silva Almeida substituída por Manuel Benjamim Leite Soares; Paulo José Melo Martins substituído por Pedro André Silva Dantas, Beatriz Lima Vieira substituída por Nelson de Jesus Martins da Silva, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista substituída por Beatriz Castro Pinto e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. -----

5 Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro substituído por Domingos Martins Oliveira e Joaquim César Ramos Rodrigues substituído por Gil Manuel Camarinha da Costa. -----  
Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Marina Raquel Lopes Mendes e os(as) Senhores(as) Vereadores(as), Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina  
10 Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes e José Joaquim Cancela Moura. -----  
Estiveram ausentes, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, e os(as) senhores(as) Vereadores(as), José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. --

15 **Ponto 1 – Público** -----

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia alertou para o facto de estarem inscritos 3 munícipes, dando de seguida a palavra aos mesmos.** -----

20 **Senhora Andreia Moreira (União de Freguesias de Pedroso/Seixezelo)** no uso da palavra disse ter estado na última assembleia, tendo feito referência ao Glifosato e o estado das vias em Pedroso. Sobre o glifosato, a câmara indica no seu site que não utiliza desde 2017, no entanto, tem um acordo, um contrato feito com a SUMA que o utilizam e no seu entender se a Câmara quisesse bastava uma adenda com alteração no contrato. Relativamente ao outro tema das vias, disse que num dia apenas, e numa caminhada encontrou 35  
25 falhas em 3 estradas, deixando diversos exemplos, nomeadamente, paralelos em falta, falta de passeios, falta de iluminação, inúmeras situações. Relativamente aos transportes, não conseguia trabalhar por turnos e usar transportes públicos pois no sítio onde mora, junto dos Carvalhos, existem 7 carreiras entre as 7h00 da manhã e as 18h00 da tarde o que é insuficiente. Quanto ao Metrobus a hidrogénio é basicamente, uma carrinha a gasóleo, portanto, não havia qualquer preocupação pelo ambiente em Gaia. De momento, estava  
30 sem carro, pediu um carro emprestado, porque não tinha transportes para ir para casa, situação de alguém que mora no terceiro município, com maior densidade populacional de Portugal. Todos os dias recebe email do Cartão viver Gaia, interrupções de trânsito nas vias de Canidelo, Madalena, Miramar, Francelos, tudo o que era praias era tudo reformulado e o interior não. -----

**Senhora Manuela Cristina Fernandes (União de Freguesias de Santa Marinha/Afurada)** disse ser mãe do  
35 Rafael Andrade Fernandes, um jovem com trissomia 21 que frequenta o centro da inclusão social de Canelas e estar ali em representação do seu filho, uma vez que ele não tem capacidade para defender os seus direitos.

5 A população do CIS de Canelas é maioritariamente composta por jovens autistas e jovens com trissomia 21  
é de conhecimento não oficial que as monitoras que acompanham o seu filho no CIS de Canelas não vão ter  
o seu contrato renovado no final do ano. Tendo visto 2 pessoas novas nas instalações que, pelo que sabe são  
assistentes operacionais, não tendo, por isso habilitações académicas suficientes nem experiência para dar  
acompanhamento a este tipo de jovens, até ao momento, desconhece informação, por parte da Câmara,  
10 sobre o futuro e sobre quem irá ficar com o seu filho quando as atuais monitoras foram embora dali a um  
mês e meio. Este tipo de situações irá provocar uma grande instabilidade emocional ao seu filho e aos seus  
colegas. A ligação que os jovens têm com as monitoras presentes no CIS de Canelas, ao ser quebrada irá  
afetar a sua saúde mental. Precisava de respostas para poder atempadamente preparar o filho para a  
mudança se é que vai acontecer, tempo esse que urge. Pergunta, se confirmam que os contratos das  
15 monitoras não vão ser renovados e se sim, quando é que eu como mãe irá ser informada da situação. Quem  
irá ficar com o seu filho a partir do momento em que as atuais monitoras deixarem de estar presentes. O que  
será do Centro de inclusão social de Canelas com apenas 2 auxiliares. Agradeceu o tempo que lhe  
dispensaram, lembrou estar ali pelo filho, pela sua estabilidade emocional e pela sua saúde mental.-----

**Senhora Vanessa Ferreira (União de Freguesias de Mafamude/Vilar do Paraíso)** disse pertencer a um grupo  
20 cívico chamado Bio Porto, fazendo referência à aprovação, pela União Europeia da utilização do glifosato,  
renovação da autorização por 10 anos. Como era do conhecimento de todos, ou deveria ser, a empresa SUMA  
não cumpre o DL 35/2017, quando este exige que seja assegurado avisos previamente afixados de forma  
bem visível junto da área a tratar, a data previsível do mesmo e se necessário, a data a partir da qual pode  
ser restabelecido o acesso e a circulação de pessoas e animais ao local. O herbicida Montana, geralmente  
25 utilizado pela SUMA, exige isso até à secagem. Nesse sentido, referiu que solicitou o mapa que demonstraria  
em quais as zonas em Vila Nova de Gaia são aplicados herbicidas com glifosato, quais as zonas onde são  
utilizadas sondas mecânicas, e quais as zonas onde são utilizadas sondas térmicas e ainda aguardava pelo  
referido mapa. Desde 2016, que ouviam da câmara, o interesse em banir os herbicidas com glifosato, mas  
que não tem meios para o fazer, pois a anterior presidência do Dr. Filipe Menezes fez um contrato com a  
30 SUMA de anos a fio já no final do seu mandato, ouvimos que limpar as vias públicas com glifosato possuem  
efeitos mínimos. Ouvimos que o glifosato é autorizado a nível europeu e conseqüentemente ao nível  
nacional, mas há vários concelhos, autarquias, que já baniram o uso de herbicidas com glifosato. Disse já ter  
entregado provas, a SUMA não cumpriu a legislação vigente, se isso não seria motivo de rescisão contratual  
entre a SUMA e a Câmara.-----

35 **Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Guilherme Aguiar,** respondendo às questões que  
foram levantadas pela senhora Andreia Moreira, que deve ter intervindo na última reunião e deve ter dito  
qual era a rua onde morava e quais eram as ruas a que se referia, não fazia ideia, também aceitava que  
existiriam ruas em Vila Nova de Gaia que pudessem não estar no melhor estado possível. Temos para cima

5 de 4.000, quase 5000 quilómetros de arruamentos e é muito difícil, sobretudo, quando passam muitos  
veículos, e esse também é um problema dos municípios, que tem grande densidade populacional, o número  
de veículos que passa, naturalmente vai desgastando. É evidente que o município tenta fazer o possível e  
iriam discutir a reprogramação de algumas reabilitações de alguns arruamentos, mas existirão muitos que  
10 não possam ser reabilitados. Quanto às questões do glifosato, e respondendo também à senhora Vanessa  
Ferreira, era uma questão, que poderia ser preocupante ou não, porque há quem pense que o glifosato não  
tem tanta prejudicialidade como lhe querem fazer crer. Para a União Europeia prorrogar por mais 10 anos é  
uma decisão de alto risco, se assim for, o glifosato, um produto tão nocivo. Relativamente ao contrato da  
SUMA, o contrato existe e a SUMA tem um contrato que o executivo herdou quando entrou em funções em  
2013 e, naturalmente os contratos são para ser respeitados e nessa perspetiva se o contrato indica qual é a  
15 forma pelo qual o contratado tem o direito de utilizar a metodologia que está indicada no contrato, por isso  
não viola o contrato. Não é esse fundamento e mesmo que tivesse violado o contrato, restava saber quais as  
violações que são causadoras e perceber um bocadinho mais da possível rescisão do contrato. Relativamente  
à questão que a senhora Manuela Cristina Fernandes colocou era pertinente muito pertinente, efetivamente  
há um projeto de inovação social que foi iniciado em Vila Nova de Gaia e que inclusivamente estava tutelado  
20 pela Associação de Santa Isabel. Acabou o prazo desse projeto, a câmara não quis acabar o projeto, a câmara  
quer continuar com o projeto, simplesmente há um problema, é que os funcionários que estavam no projeto  
não são funcionários municipais e, como tal, a câmara não pode contratar para funcionários municipais,  
pessoas sem terem feito o respetivo concurso por isso, irão fazer o concurso público para esse centro de  
inovação social, em Janeiro, quando saírem as funcionárias que lá estão, que podem concorrer, não estão  
25 impedidas de concorrer e podem inclusivamente ser escolhidas, mas isso é um problema dos concursos  
públicos. O Centro de inovação social continuará e o Ricardo Fernandes será o melhor possível tratado, uma  
vez que é algo que percebemos bem a gravidade e, sobretudo a dificuldade de lidar com uma criança que  
têm esse problema por isso, nesse aspeto acho que pode continuar à vontade, porque o Centro de Inovação  
Social, continuará a ser uma realidade. -----

30

**Ponto 2 - Leitura, Discussão e Votação de Atas.** -----

**O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 25 de 20 de abril de 2023.** -----

35 **Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não  
tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira  
Santos, Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Jaime da Silva Quintas, Vânia Maria Melo Rocha,  
Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Jorge Filipe Gomes Pereira, Domingos Martins Oliveira,**

5 **Abílio Fernando da Silva Ferreira, Filipe da Silva Lopes, Gil Manuel Camarinha da Costa, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, Nelson de Jesus Martins da Silva, Beatriz Castro Pinto, Ilda Maria Sereno Duarte Leite Assunção.** -----

**O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 26 de 27 de abril de 2023.** -----

10 **Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Joaquim de Sousa Rocha, Manuel Benjamim Leite Soares, Jorge Filipe Gomes Pereira, Domingos Martins Oliveira, Abílio Fernando da Silva Ferreira, Gil Manuel Camarinha da Costa, Júlia Dorinda Lima Sampaio, João Emílio Santos**  
15 **Carvalho de Almeida, Nelson de Jesus Martins da Silva, Beatriz Castro Pinto, Ilda Maria Sereno Duarte Leite Assunção.** -----

**O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 28 de 11 de maio de 2023.** -----

20 **Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Maria Rosalina Freitas Fernandes Oliveira Santos, Vânia Maria Melo Rocha, Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Jorge Filipe Gomes Pereira, Domingos Martins Oliveira, Abílio Fernando da Silva Ferreira, Filipe da Silva Lopes, Júlia Dorinda Lima Sampaio, João Emílio Santos Carvalho Almeida e Ilda Maria Sereno Duarte Leite Assunção.** -----

25

**Ponto 3 – Período de “Antes da Ordem do Dia”.** -----

**Senhora Deputada Beatriz Pinto (CDU),** apresentou um **Voto de Pesar** pela “morte de Margarida Tengarrinha”, conforme documento anexo (**vide anexo 1**). -----

30 **Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL),** apresentou um **Voto de Recomendação**, “Alojamento Local” conforme documento anexo (**vide anexo 2**). -----

**Senhor Deputado Jorge Pereira (CH),** apresentou uma **Moção**, “25 de novembro, a data que garantiu Portugal”, conforme documento anexo (**vide anexo 3**). -----

35 **Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE),** apresentou uma **Moção**, “Regionalizar, para um país menos desigual e mais desenvolvido”, conforme documento anexo (**vide anexo 4**). -----

- 5 **Senhor Deputado João Paulo Silva (PS)**, Deu nota da posição do Partido Socialista relativamente aos documentos apresentados, alguns deles eram repetições de documentos apresentados em anos anteriores e, portanto, do ponto de vista do PS não havia muito a declarar que não fosse reafirmar a sua posição relativamente à questão do alojamento local, era um tema mais que debatido, não fazia sentido, voltar a colocar a questão em cima da mesa, sobretudo quando tantos e tantas gaienses estão com dificuldades em
- 10 conseguir manter a casa, em ter condições de habitação. Relativamente ao 25 de novembro é também já algo repetido de outros anos, e como tal a posição do PS era votar contra a proposta apresentada. Relativamente à questão da regionalização, embora concordando em grande parte com o que foi dito, não era o momento, até pelas eleições já marcadas para março será sim um debate a realizar noutro contexto e nesse sentido também votam contra a proposta. -----
- 15 **Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD)** relativamente ao voto de pesar apresentado pela CDU, por Margarida Tengarrinha dizer que, para o PSD, a morte é extremamente sagrada e não tem qualquer cor partidária. No passado já aconteceu naquela assembleia, o contrário. Não é por ser uma personalidade do PCP, que o seu percurso de vida assim como as suas convicções não deixam de ter mérito, portanto, votarão a favor do voto de pesar. -----
- 20 **Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)**, relativamente ao 25 de novembro, a data que realmente trouxe a liberdade a Portugal, que nos livrou da mais longa ditadura do espaço territorial europeu e foi e é uma festa consensual a todos os partidos e para todas as pessoas, mas, especialmente para Ramalhe Eanes, o 25 de novembro é uma data fraturante e os datas fraturantes não se celebram, mas devem ser lembradas, porque cometeram-se muitos erros. Continuou dizendo que o 25 de novembro, foi um evento que sucedeu à tomada
- 25 da autoestrada 1 para o Porto de Lisboa pelo regimento de artilharia de Lisboa. Depois da tomada de Tancos da base do Montijo, a base de Monsanto pelos para-quedistas, foi um momento em que se declarou em Lisboa, o estado de sítio, o país estava prestes a entrar numa guerra civil. Houve mortes no 25 de novembro e só pelo simples facto de ter havido mortes no 25 de novembro, faria sentido que se lembrasse a data. Não celebrar, mas lembrar nem que seja, de uma forma de toponímia nem que seja uma forma de promover colóquios, conferências, não celebrar, porque festa só há uma, que é o 25 de Abril, mas o 25 de novembro é
- 30 uma data que merece ser lembrada pelo menos e, por isso a Iniciativa Liberal iria votar a favor e lamentava que o PS não votasse a favor ou pelo menos pela abstenção como já ocorreu na Assembleia da República relativamente à matéria-----
- Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE)**, apresentou uma declaração de voto relativamente à Moção
- 35 “25 de novembro” apresentada pelo Grupo Municipal do CH, conforme documento anexo (**vide anexo 5**). --

5 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, pela “morte de Margarida Tengarrinha”.-----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia procedeu a um minuto de silêncio pela morte de Margarida Tengarrinha.**-----

10

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Recomendação**, apresentado pelo Grupo Municipal da IL, “Alojamento Local”.-----

**Votação: Rejeitado por Maioria, com 38 votos contra (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE e 02 da CDU), 04 votos a favor (02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL) e 06 abstenções (05 do PSD e 01 do PAN)."** -----

15

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Moção**, apresentada pelo Grupo Municipal do CH, “25 de novembro, a data que garantiu Portugal”. -----

**Votação: Rejeitado por Maioria, com 38 votos contra (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE e 02 da CDU), 09 votos a favor (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL) e 01 abstenção do PAN.** -----

20

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação uma Moção**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, “Regionalizar, para um país menos desigual e mais desenvolvido”.-----

**Votação: Rejeitado por Maioria, com 42 votos contra (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP e 01 do CH) e 06 votos a favor (02 do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 da IL).**-----

25

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse terem os partidos formalizado à mesa, quase todos, a vontade de terem agora um período de intervenção que será exatamente de 3 minutos, conforme diz o regimento.**-----

30

**Senhor Deputado Jorge Pereira (CH)**, Falou da crise política do país e dos casos que minaram a reputação de instituições e empresas que deveriam ser um exemplo de confiança e credibilidade, como o Ministério da

5 Defesa, o SIS, a TAP, o país descobriu incrédulo no passado dia 7 que o chefe de gabinete do primeiro-ministro  
escondia uma avultada quantia de dinheiro em vários envelopes. Num gabinete ao lado do primeiro-ministro  
sim, isto acontece na residência oficial de um primeiro-ministro de um país do chamado primeiro mundo e  
não numa qualquer casa, escritório, ou laboratório de uma qualquer cidade colombiana ou mexicana. Nos  
últimos 6 anos, um primeiro-ministro, 11 ministros, 13 secretários de Estado, 33 deputados e 133 autarcas  
10 foram constituídos arguidos, a sua maioria por crimes de corrupção, peculato e recebimento indevido de  
vantagem. A sua maioria é ou foram membros do PS. Com data marcada para novas eleições após a inclusão  
desta maioria e deste primeiro-ministro, o PS e os seus comentadores na comunicação social preparam-se  
para apresentar como novo rosto Salvador, um indivíduo sem vergonha alguma, se apresenta como um  
homem novo, fazendo dos portugueses tontos e sem memória, mas os portugueses têm memória e  
15 lembram-se da tralha socrática, lembram-se da TEC Bacall, da TAP e lembram-se de despachos de 500.000  
euros feitos pelo WhatsApp. Também no nosso concelho no executivo que governa a câmara a situação não  
é melhor. Sem entrar em considerações de julgamentos pessoais o executivo camarário foi fortemente  
atingido por situações que do ponto de vista político nos obriga a refletir. Obriga-nos a refletir e questionar  
o que quer este executivo para o futuro, mas, sobretudo se considera que do ponto de vista da legitimidade  
20 política continua a reunir as condições necessárias para governar o município. -----

**Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)**, disse que exatamente pelos mesmos motivos que abordou há cerca de  
alguns meses, relativamente às consequências jurídicas da operação Babel, temos um outro caso jurídico a  
assolar a Câmara Municipal de Gaia e o executivo municipal. À justiça, o que é da Justiça, mas não podia  
deixar de dizer que era mais um duro golpe naquilo que era a credibilidade do executivo municipal para com  
25 os seus stakeholders. Um duro golpe na representação do município gaiense, o município na senda da  
transparência, na senda daquilo que são as boas práticas em Portugal e só demonstra que é preciso haver  
uma mudança de fundo. A IL, assim que tiver oportunidade, nos termos do regimento, irá apresentar um  
voto de recomendação no sentido de fazer uma averiguação e uma auditoria a todos os recursos públicos da  
Câmara, controlos e procedimentos internos relativos a sua utilização, porque apenas com transparência,  
30 clareza e afastando a opacidade que existe na utilização dos recursos camarários é que se conseguirá aferir  
das boas práticas camarárias e internas. Apontam a renúncia ao mandato do senhor presidente atualmente  
em exercício, tendo em conta inclusive que Patrocínio Azevedo, por motivos de assegurar a tranquilidade  
política do município o fez, sendo apenas arguido. Temos uma pessoa que foi alvo da natureza de arguido,  
passou pelo processo de instrução, teve uma acusação e foi condenado em primeira instância, naturalmente  
35 a pena acessória da perda de mandato suspende com a interposição do recurso, o que tem duras  
consequências para aquilo que é a credibilidade do Município face aos seus stakeholders e faça aquilo que é  
a sociedade em geral. -----



5 **Senhor Deputado André Araújo (CDU)**, apresentou uma declaração de voto referindo que as condições políticas de um executivo não se medem pela resposta a questões judiciais, antes pela sua capacidade de se concentrar na resposta necessária, aos problemas dos trabalhadores e do povo, conforme documento anexo **(vide anexo 6)**.-----

10 **Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE)**, fez uma intervenção relativamente aos temas do momento nomeadamente, quanto à demissão do presidente da Câmara. **(vide anexo 7)**.-----

15 **Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)**, disse que no passado dia 7/11/2023, os portugueses tomaram conhecimento da existência de investigações efetuadas pelo Ministério Público que envolvem relevantes figuras da vida nacional. Uma semana depois em 14 de novembro, os gaienses foram confrontados com a condenação do presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia pelo juízo local criminal de Vila Nova  
20 de Gaia, pelo crime de peculato de uso como consequência da utilização indevida e repetida para fins particulares de um veículo municipal de Águas de Gaia. Essa condenação implicaria a perda de mandato na eventualidade de a mesma se manter após os sucessivos recursos que, muito provavelmente será alvo. O grupo de deputados do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, no âmbito dos atributos que lhe são conferidos pelos artigos 1º e 21º do regimento da mesma Assembleia Municipal não pode deixar de sinalizar a decisão do tribunal e de lamentar profundamente que mais uma vez, o executivo da Câmara Municipal de Gaia esteja envolvido numa situação judicial. Por todo o exposto, pensam que o atual presidente da Câmara de Gaia não tem condições políticas para exercer o cargo de presidente da Câmara Municipal de Gaia-----

25 **Senhor Deputado João Paulo Silva (PS)**, disse vivermos de facto tempos estranhos. Naquele dia alguns de nós acordaram em Vila Nova de Gaia com as paredes grafitadas com símbolos nazis ao lado da liberdade para a Palestina. De facto, são tempos estranhos estes, que nos vão confrontando nestes dias em que parece que vivemos em tribos, ou estamos num lado, ou estamos no outro, ou estamos a favor ou estamos contra, como se tudo fosse medido em likes ou em views. Os rodapés das televisões é que fazem as notícias, os detalhes são lidos por muito poucas pessoas. O conteúdo verdadeiro da informação e dos factos são muitas vezes  
30 ignorados, a troca de rodapés para lerem televisões que estão em silêncio enquanto almoçamos neste ou naquele restaurante, são de facto tempos estranhos, estes em que a justiça se expressa politicamente e muitas vezes, nós todos os políticos que fazemos política ficamos reféns dessa justiça ou dessa injustiça. Para o PS, independentemente das considerações políticas que foram feitas aguardam pela justiça como tem sido dito com toda a tranquilidade e toda a serenidade. À justiça, o que é da justiça, isto numa frase feita com o  
35 valor que tem, mas sobretudo fixar a ideia de que continuamos dedicados, a Vila Nova de Gaia, com a liderança do professor Eduardo Vítor Rodrigues e assim iremos continuar com toda a solidariedade, dedicados ao projeto que os gaienses sufragaram através do voto e que não pode ser obviamente interrompido, por pequenos ou grandes detalhes. -----

5 **Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Guilherme Aguiar**, disse ser evidente que todos os senhores deputados que usaram da palavra, disseram aquilo que o Senhor de La Palisse também costumava dizer, à justiça aquilo que é da Justiça. Simplesmente alguns estão ao lado do Senhor de La Palisse para aquilo que lhes dá mais jeito, outros põem-se do outro lado e excetuando a intervenção do Senhor deputado da CDU, pasmava-se perante a descrença dos senhores deputados, que não era, e podia garantir, a mesma

10 descrença do cidadão comum, porque, contrariamente àquilo que se vem dizendo, o processo não foi um processo curto. O processo começou em 2017, estamos em 2023, estamos a falar numa facticidade que é objetivamente uma coisa relativamente fácil. Durante algum tempo, o senhor presidente e a sua mulher, teriam sido acusados de utilizar 1 viatura das águas de Gaia, esta é a facticidade, por isso, para discutir esta facticidade, a Justiça demorou 6 anos. É evidente que quando a justiça veio declarar aquilo que a sentença

15 declarou, as coisas começam a ficar um bocadinho nublosas e porquê? Porque o crime não é de peculato, se o crime fosse peculato poderia ter essa consequência. O crime é de peculato de uso não tem essa consequência da perda de mandato. O que acabou de dizer era da sua responsabilidade, assim como alguns dos senhores deputados assumiram a sua quando foram dizer de que o senhor presidente da Câmara devia demitir-se. Ele não se demite e já o disse publicamente que não se demitia e por uma simples razão, ele não

20 está convicto da razoabilidade da sentença, ele sente-se injustiçado e se alguém se sente injustiçado só tem uma solução que é recorrer para os tribunais superiores que foi para aquilo que eles servem. O tribunal da relação, no caso concreto, Tribunal da Relação do Porto serve exatamente para julgar dos recursos que, no caso do senhor presidente da Câmara e no caso da sua mulher, foram condenados por peculato de uso numa multa de 120 dias uma multa à razão de 70 euros ao dia, quer um, quer outro. O senhor presidente da Câmara

25 é que foi condenado também na perda de mandato, peculato de uso e declarou-se a perda a favor do Estado de 102 euros e 40 cêntimos, esta é a sentença. É evidente que o senhor presidente da Câmara continua a considerar-se, plenamente legitimado pelo voto, não só pelo voto que foi tendo, mas pela sua consciência e essa teremos sempre de a respeitar, assim como respeitava as opiniões dos senhores deputados que foram pedir a demissão do senhor presidente da Câmara e que isso traria uma má imagem para o nosso município.

30 Continuou dando como um exemplo, que no período do mandato anterior, o senhor presidente da Câmara da Maia Doutor António Silva Tiago, em representação do PSD, foi condenado criminalmente na perda do mandato. Naturalmente o Dr. Silva Tiago, achou que essa pena, que essa condenação era injusta e recorreu para a relação e a relação veio dizer, sim, senhor confirmou a sentença da primeira instância e declarou-lhe a perda do mandato. O Doutor António Silva Tiago, justa e justificadamente na sua consciência recorreu para

35 o Supremo Tribunal de Justiça, e este anulou a sentença quer da primeira instância quer do Tribunal da Relação e, por isso, anulou a perda de mandato do Doutor António Silva Tiago que é, de momento, presidente da Câmara da Maia. Lamenta não ter ouvido o PSD fazer qualquer comentário acerca disso. Não tinha conhecimento algum que a Câmara da Maia pudesse piorar a sua imagem. Continuou a ser um dos municípios

5 que mais cresceram na Área Metropolitana do Porto, tal como Gaia. Toda a gente dizia aquilo que o famoso  
Senhor de La Palisse mas ninguém abdica de dar o seu palpite mesmo sem grandes conhecimentos ou poucos  
conhecimentos. Podia assegurar, até porque era presidente em exercício, em nome do executivo, em nome  
do senhor Presidente que está ausente, mas ausente ao serviço do município, quem o conhece sabe que não  
estaria ausente por receio, destas intervenções, mas garantia que iriam continuar até ao dia das eleições  
10 autárquicas que, naturalmente para o senhor presidente da Câmara será o último mandato e por isso ele  
fatalmente teria que deixar de ser presidente da Câmara. Mas estava convicto que se o presidente se  
pudesse candidatar ao terceiro, ganhava pela maioria absoluta como ganhou nestas 2 últimas eleições. ----

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** deu 2 notas muito breves disse que quando aconteceu o 25 de  
abril tinha 13 anos, portanto, já lá vão 50 anos e como toda a gente sabia foi reposto o espírito inicial do 25  
15 de Abril, significa que os portugueses e o exército de então conseguiram fazer voltar um momento difícil do  
país à pureza inicial do 25 de Abril e é por isso que hoje temos mesmo de comemorar . Quem estava na sala  
e tinha 60 anos ou 62, quase 63 no seu caso, lembrava-se bem o que era ditadura. Uma guerra colonial,  
absolutamente injusta e que fazia com que o nosso futuro ficasse ali cortado e não sabíamos até quando.  
Toda a gente se recordava disso e que foi a todos as homenagens aos antigos militares que caíram no  
20 Ultramar. Alguns saíam para o estrangeiro, outros ficaram cá e lutaram contra aquele estado de coisas como  
diria o coronel que fez o 25 de Abril, o militar que fez o 25 de Abril. O país tinha chegado a um estado em  
que não era possível continuar mais. A importância que o 25 de Abril teve para várias gerações e o que  
significou de liberdade, nomeadamente o direito a discordar. -----

25 **4.1. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura  
de Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento de Técnicos Atividade de  
Enriquecimento Curricular (AEC), em Regime de Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo, nas áreas de  
Atividade Academia da Atividade Física, Laboratório da Criatividade, Oficina da Música e Psicomotricidade  
e Respetiva Designação do Júri”**.-----

30 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à  
votação o Ponto 4.1.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade**-----

5 **4.2. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para Implementação de Projetos no âmbito do Investimento RE-CO2-I01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Aprovação das Minutas de Contrato”-----

10 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.2.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade**-----

15 **4.3. da Ordem de Trabalhos a)**“Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Contrato de Empreitada de Reformulação do Nó de Santo Ovídeo – Assunção dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22º do DL nº 197/99 de 08 de junho, reprimado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: Até ao Final do Ano 2023 - € 1.746.596,76 (um milhão, setecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e noventa e seis euros e setenta e seis cêntimos) IVA Incluído; Ano 2024 - € 600.882,20 (seiscentos mil, oitocentos e oitenta e dois euros e vinte cêntimos) IVA Incluído. -----

20 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.3.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade**-----

25 **4.4. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão – Aprovação de Plano de Trabalhos Modificados e da Reprogramação dos Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do art.º 22º do DL nº 197/99 de 08 de junho, reprimado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: Ano 2024 - € 4.870.224,81 (quatro milhões, oitocentos e setenta mil, duzentos e vinte e quatro euros e oitenta e um cêntimos) + IVA”. -----

30 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.4.** -----

35 **Votação: Aprovado por Maioria, com 42 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 da IL) e 06 abstenções (05 do PSD e 01 do CH).**-----

5

**4.5. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços para elaboração de Projetos de Execução de Arquitetura e Engenharia para a Construção do Auditório de Arcozelo no Município de Vila Nova de Gaia – Assunção dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22º do DL nº 197/99 de 08 de junho, repriminado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: Ano 2023 - € 9.600,00 (nove mil e seiscientos euros) + IVA; Ano 2024 - € 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos euros) + IVA”.** -----

10

15

**Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE)** Criticou o desempenho dos arquitetos da Câmara dizendo que não possuem qualidade nem criatividade pois a Câmara não usa as suas competências para poupar ao erário público. -----

20

25

30

**Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Guilherme Aguiar** disse ser evidente a elaboração de um projeto de Arquitetura e de especialidades. Os serviços da Câmara estão bem providos de arquitetos e que têm, naturalmente o seu valor e são excelentes profissionais, o problema é que estando a acontecer em muitas outras situações, vários auditórios, pavilhões, salvo os pavilhões que normalmente aproveitam, para diminuir o encargo do preço da Arquitetura e das especialidades, desde que eles possam ser implantados nos locais onde devem ser, e isso já tem acontecido. Mas normalmente o multiusos foi projetado por um arquiteto que foi contratado, a sede da Junta de Freguesia de Canelas o auditório de Canelas, também foram projetados por um arquiteto exterior à câmara, isso é normal, mas se na Arquitetura temos um número de arquitetos que é suficiente ou não suficiente para fazer este tipo de projeto, tem mesmo muito que fazer relativamente às especialidades. Infelizmente, a Câmara, na esmagadora maioria dos projetos tem de recorrer ao exterior nas especialidades porque não têm capacidade para fazer esses projetos. De momento o procedimento foi encontrar profissionais que fizessem simultaneamente o projeto de Arquitetura e projeto de especialidades, em vez de andarem a fazer o projeto de Arquitetura e posteriormente, o projeto de especialidades, é vulgar acontecer não só no município de Vila Nova de Gaia, mas em quase todos os municípios. -----

**Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.5.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade** -----

35

- 5 **4.6. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reformulação da Rede Viária e Pedonal da Estrada da Rainha, na Rua das Pedrinhas Brancas e Caminho do Senhor, Freguesias de Arcozelo e Serzedo – Reformulação dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22º do DL nº 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: Até ao Final do Ano 2023 – € 1.516.980,67 (um milhão, quinhentos e dezasseis mil,**  
 10 **novecentos e oitenta euros e sessenta e sete cêntimos) IVA incluído; Ano 2024 - € 1.489.913,82 (um milhão, quatrocentos e oitenta e nove mil, novecentos e treze euros e oitenta e dois cêntimos) IVA incluído”-----**

**Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.6. -----**

- 15 **Votação: Aprovado por Unanimidade -----**

- 4.7. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços para Assistência e Manutenção dos Sistemas de Detecção de Incêndio instalados nos Edifícios Municipais, Escolas e Centros de Saúde do Município de Vila Nova de Gaia – 2024 / 2025 – Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22º do DL nº 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: -----**

	Rubrica / Ano	2024	2025
Assistência Técnica	2004 A 11	€ 34.930,50	€ 38.106,00
Assistência Técnica (edifícios da transferência de competências educação)	2022 A 25	€ 2.007,50	€ 2.190,00
Assistência Técnica (edifícios da transferência de competências saúde)	2022 A 50	€ 9.198,00	€ 9.198,00
Equipamento	2004 I 3	€25.000,00	€ 25.000,00
Equipamento (edifícios da transferência de competências educação)	2022 I 4	€ 5.000,00	€ 5.000,00
Materiais	2011 A 3	€ 55.000,00	€ 55.000,00
Materiais (edifícios da transferência de competências educação)	2022 A 43	€ 5.000,00	€ 5.000,00

Materiais (edifícios da transferência de competências saúde)	2022 A 46	€ 20.000,00	€ 20.000,00
Assistência Técnica Pontual	2004 A 11	€ 2.500,00	€ 2.500,00
<b>Total</b>		<b>€ 158.636,00</b>	<b>€ 161.994,00</b>

5

**Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.7.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

10

**4.8. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada “Pintura de Passagens para Peões em diversos locais do Concelho – Assunção dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22º do DL nº 197/99 de 08 de junho, reprimado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: Até ao Final do Ano 2023 - € 221.795,16 (duzentos e vinte e um mil, setecentos e noventa e cinco euros e dezasseis cêntimos) IVA Incluído; Ano 2024 - € 308.204,84 (trezentos e oito mil, duzentos e quatro euros e oitenta e quatro cêntimos) IVA Incluído”.** -----

15

**Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.8.** -----

20

**Votação: Aprovado por Unanimidade** -----

**4.9. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de 4 (quatro) Veículos Especiais para o Município de Vila Nova de Gaia – Assunção dos Encargos Plurianuais no Ano 2024”.** -----

25

**Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.9.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

5

**4.10. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Autorização de Hasta Pública com vista à Alienação de um Imóvel, sobre o seguinte: Hasta Pública com vista a Alienação da Fração K do Imóvel sito na Rua da Carvalhosa na União das Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; Aprovar as Minutas (Edital e Programa de Procedimentos);  
10 Decisão sobre o valor base de licitação, à semelhança de anteriores procedimentos para alienação de imóveis por Hasta Pública tramitados por este Município cuja primeira Hasta ficou deserta, efetuar-se uma redução em 30% do valor base de licitação em relação ao valor considerado em anterior Hasta Pública, ficando assim, o valor base de licitação em € 1.476.300,00 (um milhão, quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos euros). -----

15

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.10.** -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do PAN e 01 da IL), 02 votos contra da  
20 CDU e 01 abstenção do CH. -----

**4.11. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: Regularização da Postura Municipal de Trânsito na Rua Entre Muros, Freguesia de Canidelo; Alteração à Postura Municipal de Trânsito para Implementação de limitação de  
25 velocidade a 30 Km/h na envolvente à zona escolar do Colégio da Bonança, nomeadamente para a Rua de Teixeira Lopes, Rua da Misericórdia e Rua Doutor Francisco Sá Carneiro, Freguesia de Santa Marinha; Alteração das Posturas Municipais de Trânsito na Rua das Costeiras, Travessa das Costeiras e Rua de Santa Isabel, Freguesia de Avintes; Alteração da Postura Municipal de Trânsito na Rua Pereira da Costa, Freguesia de Santa Marinha; Postura Municipal de Trânsito na Travessa Nova da Boa Vontade com a Rua  
30 da Colónia Balnear, Freguesia de São Félix da Marinha; Alteração da Postura Municipal de Trânsito na Travessa Camilo Castelo Branco, Freguesia de Vilar do Paraíso; Alteração das Posturas Municipais de Trânsito na Rua José Brandão e na Rua Alcino Coutinho, Freguesia de Vilar do Paraíso; Alteração Parcial da Postura Municipal de Trânsito na Rua do Meiral, Freguesia de Canidelo; Posturas Municipais de Trânsito Freguesias da Madalena e Valadares”. -----

35



5 **Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)**, um pedido de esclarecimento relativamente à limitação de 30kms/h na zona circundante ao Colégio N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Bonança e ao Colégio Internato dos Carvalhos era crucial para minimizar o risco de atropelamento de crianças e dos respetivos pais e colocava a questão se o executivo previa aplicar nas zonas referidas o sistema “Kiss and Go”, que está em testes na Escola Básica do Cedro, já desde o início do ano, e que já teve muito sucesso no município do Porto. Questionava ainda o executivo municipal quanto às posturas municipais no sentido em que o canal do Metro Bus, na Avenida Vasco da Gama prevê o tráfego de bicicletas, mas as faixas Bus da Rua Soares dos Reis e da rua Dom António Ferreira Gomes não preveem, se irá haver alguma harmonização da sinalização existente neste sentido permitir o tráfego de bicicletas em todas as faixas Bus, o município-----

15 **Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Guilherme Aguiar**, relativamente ao tráfico envolvente e às limitações que são feitas junto ao pois, da bonança, é evidente que isso era um problema de difícil resolução, porque na rua Doutor Francisco Sá Carneiro, o estacionamento era quase permanente, não é na altura da entrega ou recolha dos jovens, por isso já tentaram fazer na Rua da Misericórdia também um espaço que pudesse dar para que os pais pudessem parar sobretudo quando se trata de crianças que não podem andar sozinhas, naturalmente, mas isso também tem sido uma grande dificuldade. Pensavam, na rua  
20 Teixeira Lopes, fazer um espaço que pudesse efetivamente no final das obras dar para entrada e saída dos pais também não sabemos qual vai ser o resultado, porque todos sabem, que quer o Colégio da Bonança, quer o Colégio de Gaia têm uma grande aglomeração de jovens e uma difícil paragem embora o Colégio de Gaia possua um parque de estacionamento nas traseiras que deveria ser mais utilizado do que aquilo que ele é, mas os pais gostam mais de esperar junto à entrada. infelizmente, não é das situações mais favoráveis aqui  
25 no centro da cidade, a Polícia Municipal vai fazendo o que pode, mas não pode estar presente os 365 dias por ano, para fiscalizar e pôr o trânsito efetivamente como desejado. Uma via também dedicada às bicicletas seria fundamental.-----

30 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.11.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade** -----

35 De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento anexo (**vide anexo 8**). -----

5

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião dada por encerrada eram 22 horas e 59 minutos do dia 16 de novembro de 2023, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

10

A Primeira Secretária

---

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

15

O Presidente da Assembleia Municipal

---

(Albino Pinto de Almeida)